

Intervenção “As organizações não governamentais”

Lino Maia

Conferência "Compromisso Cívico para a Inclusão"

Santarém, 14 de Abril de 2007

1. AS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

No exercício da cidadania ou por espírito de caridade, irmanados na sorte dos irmãos ou concidadãos, homens e mulheres, como voluntários mas determinados, dão-se as mãos para marcarem a construção de um presente e um devir mais pleno e feliz.

É assim que vão aparecendo muitas dinâmicas. Provavelmente começaram por ser predominantemente assistencialistas, mas depois desenvolveram-se em organizações de acolhimento e de apoio educativo de crianças e jovens, de actividades e ocupação promocional de tempos livres, de acompanhamento e favorecimento do convívio, da residência e da valorização de idosos, de acolhimento, promoção, formação e encaminhamento para a vida activa de pessoas com deficiência.

E a sua capacidade de desenvolvimento prossegue com a abertura a novas problemáticas que emergem das novas formas de pobreza e exclusão e com a aventura na criação de empresas de inserção e combate ao desemprego, na concepção da cultura, do meio ambiente e da arte como espaço de expansão para os homens com necessidades de expressão e com sonhos de infinito.

Estas organizações foram-se paulatina mas sustentadamente impondo, diversificando-se e pululando pelo todo do território nacional. E impuseram-se nas comunidades locais, como disso são expressão, por exemplo, equipamentos públicos, outrora incosequentes e que o Estado viu serem potencializados quando confiados por protocolos a essas organizações; serviços públicos, outrora pesados e ineficazes e que, agora confiados a essas organizações, adquiriram a expressão que mereciam eles e da qual careciam as populações; autarquias que em instituições de apoio a pessoas com deficiência encontraram privilegiados fornecedores de serviços; comunidades onde o abandono era a sorte encontraram nessas organizações promotores de actividades económicas que contrariaram o abandono e favoreceram a fixação com postos de trabalho criados à volta do artesanato, da cultura da vinha e do vinho, da olaria e cerâmica, de mobiliário e ornamentação, do turismo e do lazer...

Essas organizações resultam de sinergias e entrega voluntária a sensibilidades, a capacidades de intuir necessidades e projectar respostas, a sonhos, a propósitos e a ideias.

Resultam, ainda, de uma entrega e uma dádiva de tempo de vida, que tem sido feita na base de uma dinâmica própria, que tem levado à concretização de múltiplas acções, na sua grande maioria com resultados concretos e palpáveis na melhoria das condições de vida de muitos dos nossos concidadãos. Resultam, também, de um tempo e uma prática de inegável virtude: de saber crer, saber querer, saber fazer.

Essa ciência de saber crer, saber querer e saber fazer assenta numa cultura, ou numa forma de estar na vida, em que se foram desenvolvendo valores como os da fé, da vontade, da justiça, da verdade, da persistência, da teimosia, da defesa e promoção de valores e saberes – de natureza e de virtude – que sustentam a solidariedade como valor estruturante de todas as motivações dessas organizações, quais são as Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS – e, particularmente, dos seus voluntários e voluntárias e voluntariosos dirigentes.

É uma identidade que assenta numa prática que tem sido desenvolvida ao longo de décadas, com postura perante a vida e perante os problemas e os dramas sociais, solidificando-se e adaptando-se às realidades, às necessidades e às vicissitudes de cada época.

São mais de 3.500 neste país e umas são de iniciativa da Igreja Católica, outras de outras igrejas e muitas de cidadãos e organizações da sociedade civil.

Revestem a forma de associações de solidariedade social, associações de voluntários de acção social, associações de socorros mútuos, de fundações de solidariedade social ou de Irmandades da misericórdia.

Um são vocacionadas para a infância e juventude, através de Creches, Jardins-de-infância, Lares e Centros de Acolhimento Temporário, outras para trabalho com pessoas com deficiência ou com excluídos da e na sociedade, com idosos, para trabalho comunitário, sócio-educativo (em jardins de infância, ATL e ensino) ou com excluídos sociais.

Umam estão implantadas em comunidades economicamente um pouco mais abastadas e outras a actuar em comunidades estruturalmente pobres.

Umam estão comprometidas na gestão de equipamentos herdados, com possibilidades de inovação e reconversão e todas são responsáveis por inúmeras correcções de assimetrias e estão em atitude de permanente criatividade em face das novas problemáticas sociais que as interpelam...

No seu conjunto, essas Instituições Particulares de Solidariedade Social, situam-se no designado Terceiro Sector, ou melhor, no Sector da Economia Social Solidária e são um importante e dinâmico pólo e motor económico que empregam mais de duzentos mil trabalhadores (mais, no seu conjunto, do que o sector dos transportes), com imensas capacidades de desenvolvimento, e são responsáveis por uma actividade que representa 4,2% do PIB.

2. CNIS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Estando ao lado da União das Misericórdias e da União das Mutualidades, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) é a principal organização representativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS – em Portugal e, congregando perto de duas mil e quinhentas instituições, também associa uma federação e quinze uniões, distritais ou regionais.

Enquanto tal, a CNIS é o rosto de representação de respostas de apoio à comunidade, em geral, e, em especial, às famílias, a crianças e a jovens, a idosos e a pessoas com deficiência e é o elo unificador de um sem número de respostas de integração social e comunitária, de protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, de educação e formação profissional e resolução dos problemas habitacionais das populações e de iniciativas de promoção da saúde, nomeadamente com prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

Tendo como linhas orientadoras de actuação, nomeadamente, contribuir para o aumento do conhecimento do público sobre o sector social, o fortalecimento

do enquadramento legal e a melhoria da capacidade da sociedade civil e das relações *Governo'organizações* não lucrativas, a CNIS, entre outros, tem por princípios programáticos:

- Apostar na qualidade nas respostas sociais e na inovação para novos desafios, nomeadamente, promovendo a interdisciplinaridade e a estreita articulação com a Comunidade científica, nomeadamente as Instituições de ensino superior e Universidades.
- Assumir a realidade da CNIS enquanto organização representativa de IPSS e enquanto líder de movimento social
- Consagrar princípios de proximidade e subsidiariedade num Estado Solidário
- Criar um Centro de Estudos Sociais, um Centro de Formação e Inovação Solidária e um Observatório Social
- Marcar o debate de ideias no Terceiro Sector e, particularmente, nos domínios da Economia Social Solidária.

No debate em curso na sociedade portuguesa, a CNIS defende que o verdadeiro Estado Social é um Estado-Garantia, na medida em que lhe compete garantir no mínimo a liberdade de escolha a todos os cidadãos. Como sublinha Fernando Adão da Fonseca (revista Nova Cidadania), *“Quando um direito estiver em risco por falta de meios, o Estado-Garantia tem a obrigação de garantir os recursos económicos que possibilitem o exercício da liberdade protegida por esse direito”*.

E um Estado Social que garante um mínimo de escolha a todos os cidadãos é um estado moderno que favorece o exercício da cidadania e valoriza o sagrado princípio da subsidiariedade não avocando aquilo que melhor pode ser feito por uma organização ou por uma sociedade mais elementar...

No que concerne ao chamado “Estado Social”, a realidade portuguesa é bastante “novata” e, parece que indecisamente, vai assentando em dois grandes eixos:

1. Por um lado, parece haver algum consenso em torno dos objectivos nacionais, reconhecendo-se que compete ao Estado a responsabilidade de definição dos parâmetros normativos, dos objectivos estratégicos, da necessidade de gerar consensos nacionais e de se fazer alguma pedagogia

no sentido de tentar, tanto quanto possível, evitar que se uniformizem comportamentos na abordagem das questões sociais no combate à pobreza e no combate à exclusão.

2. Por outro lado, há uma realidade portuguesa, com assentamento bem antes das discussões sobre o “Estado Social”, pródiga em boas práticas no combate à exclusão social, com resposta individual e colectiva, com um trabalho notável desenvolvido por milhares de voluntários e voluntárias em todo o país.

Essa realidade não pode ser escamoteada e é expressão da vitalidade da chamada sociedade civil, com a sua capacidade de se organizar e de responder, sem ficar à espera do Estado, em que as respostas sociais surgem como fruto de entregas voluntárias a sensibilidades, a capacidades de intuir necessidades e projectar respostas, a sonhos, a propósitos e a ideias, com dádivas de tempo de vida, em que se foram desenvolvendo valores como os acima referidos da fé, da vontade, da justiça, da verdade, da persistência, da teimosia, assente numa prática desenvolvida ao longo de décadas, com postura perante a vida e perante os problemas e os dramas sociais, solidificando-se e adaptando-se às realidades, às necessidades e às vicissitudes de cada época.

Parece chegada a hora de esperar de quem exerce o poder, nomeadamente o local, sentir que o grande desafio que no seu horizonte se perfila será mobilizar os cidadãos, valorizar o voluntariado e a ideia da responsabilidade social das organizações da sociedade civil, criar ambientes propícios à cooperação entre agentes locais, coordenar esforços e competências e... suprir...

3. COMPROMISSO CÍVICO PARA A INCLUSÃO

Quando no muito oportuno e marcante discurso do 25 de Abril de 2006 o Senhor Presidente da República deixou claros sinais de que a inclusão social é uma base sustentada da democracia e de que esta será o necessário e salutar ambiente do exercício da liberdade, a muitos lançou o desafio para um “Compromisso Cívico para a Inclusão”.

Ao longo deste ano, nos “roteiros para a inclusão”, o Senhor Presidente da República, com determinação e pedagogia, quis marcar o ritmo de um Portugal solidário, destacando e valorizando as boas práticas. E, nesses parâmetros, reconheceu e valorizou a importância inestimável das Instituições Particulares de Solidariedade Social, como sendo as pioneiras na promoção da inclusão.

Permito-me afirmar, Senhor Presidente, que no debate em curso na sociedade portuguesa, o seu discurso e as suas coerentes intervenções, finalmente e mais do que em qualquer outro momento da nossa época democrática, em muito contribuíram para que possa começar a ser consensual que as Instituições Particulares de Solidariedade Social deverão ser interlocutores reconhecidos, apoiados e valorizados.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, que é liderada por uma equipa de voluntários e voluntárias dirigentes que conhecem, amam e servem o país nos seus cidadãos, particularmente nos mais carenciados, sente o desafio como a si também dirigido e muito gostosa e determinadamente diz que o Senhor Presidente da República, o Governo de Portugal, os Autarcas e o País podem contar com a CNIS nesse Compromisso Cívico para a Inclusão.

Lino Maia

CNIS

Padre Lino Maia

Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)